

A prevalência da escola pública

11 NOV 1990

CORREIO BRAZILIENSE

ARNALDO NISKIER

professora argumentou:

"De que adianta mostrar isso? Mesmo sendo ridículo, o meu salário ainda é maior do que o da maioria dos pais, na minha pobre comunidade. Ninguém vai entender".

Ficou muito clara a necessidade de modificar o quadro do modelo brasileiro de desenvolvimento, altamente concentrador de renda, privilegiando dez milhões de pessoas, numa população de 150 milhões. A educação teria de sofrer consequências negativas diante dessa realidade, o que levou um dos presentes no Seminário de Rio Bonito a propor "um presídio de segurança máxima para os políticos que levaram o País a esta situação..."

Defendeu-se a prevalência da escola pública, na reversão do atual panorama, pois se ela voltar à qualidade de outrora certamente interessará à classe média, hoje enfrentando sacrifícios insuportáveis para manter os filhos na escola particular.

Uma professora da zona rural levantou a questão fundamental do professor e da sua consequente valorização:

O senhor tem alguma proposta para que o professor deixe de ser o famoso sacerdote do ensino e se torne um reconhecido profissional da educação?"

Eis aí a pedra de toque da reforma. Com boas frases ou intenções de natureza lírica não se chegará a bom termo, no esforço de renovação da nossa pedagogia. O professor deve ser bem formado, interessar-se pelo treinamento e indispensável atualização, mas é essencial que o seu plano de carreira contemple bons salários.

Pode-se questionar os artifícios utilizados por autoridades educacionais para driblar a lei, no item da remuneração condigna, "de acordo com o nível de formação dos profissionais do ensino". Houve uma corrida aos cursos superiores, mas de nada adiantou. O pagamento sempre se fez de acordo com a intenção dos governos e não pela interpretação literal dos dispositivos expressos. Está na hora de mudar isso.

■ Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, é membro do Conselho Federal de Educação

Quando se anuncia uma discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional há sempre muito interesse. Isso ocorreu na visita feita à cidade de Rio Bonito, onde foi possível reunir cerca de 300 professores para exame da matéria.

Depois da exposição, os debates foram acalorados, a partir de uma pergunta: "O senhor acha que a categoria do magistério está desgastada com as sucessivas greves que tem feito, em busca de melhores salários?"

Foram levantadas diversas outras hipóteses de luta, pois há sinais evidentes de que a sociedade reclama das paralisações. Em última instância, os alunos têm sido os maiores prejudicados, pois ficam sem uma parcela expressiva de conhecimentos na sua já tão precária e difícil formação.

O professor Altamir Paes, meu colega no curso de Matemática da UERJ, sugeriu xerocar os contracheques e exibir às comunidades, para que todos tomem conhecimento dos salários miseráveis hoje pagos aos professores da rede pública. Mas uma